cer e aprender: o resgate do jogo infantil. São Paulo: Moderna, 1996.

GARCIA, Eduardo Alfonso Cadavid. Manual de sistematização e normalização de documentos técnicos. São Paulo: Atlas, 1998.

HANK , Vera Lucia Costa. O Espaço Físico E Sua Relação no Desenvolvimento e Aprendizagem da Criança. Disponível em:

https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/educacao/o-espaco-fisico-sua-relacao-nodesenvolvimento-aprendizagem-.htm Acesso em 25 de maio de 2020.

KISHIMOTO, TizucoMorchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 198itora Campus, 1988.

BETTELHEIM, Bruno. Uma vida para seu filho. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.

FREIRE, J. B. O jogo : entre o riso e o choro. São Paulo: Editora Autores Associados, 2002.

BRASIL, Referencial Curricular Para a Educação InfantilVolume 3.

Disponível em :

http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000053.pdf

Acesso em 25 de maio de 2020.

RIZZI, Leonor e HAYDT, R.C.C, Atividades Lúdicas na Educação da Criança. Ed. Ática, 1986.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogos Infantis: o jogo, a criança e a educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FORMAÇÃO DA CRIANÇA EM NOVOS LEITORES

ROSEMEIRE DA SILVA ANDRADE ARRAIS

RESUMO

A literatura infantil possui o papel de desenvolver potencialidades das crianças auxiliando no amadurecimento cognitivo, social, emocional, intelectual, exercitando sua imaginação e ativando sua criatividade. O presente artigo discorre brevemente sobre a história do livro, aborda a legislação específica sobre o incentivo à leitura e a formação de novos leitores.

Palavras chave: leitura; aprendizagem; escrita; literatura infantil

INTRODUÇÃO

A palavra literatura vem do latim “litteris” que significa “letras” tem ligação explícita com a gramática no que se refere à arte do bem escrever e ler em todas as suas formas e gêneros. O conjunto de trabalhos literários dum país ou duma época.

Segundo Hilsdorf (2002, p.110) a cultura portuguesa impôs ao ocupar nosso território sua língua, costumes, religião e tradições, não se pode falar de uma literatura produzida por brasileiros neste período de colonização. Os jesuítas em catequizar os índios tinham o intuito de convertê-los ao catolicismo, compuseram assim a literatura de catequese. Os relatos

das viagens e tratados foram escritos por europeus, constituindo a literatura de informação. A vinda da família real ao Brasil, em 1808, desencadeou a independência política ao país, como consequência, umas séries de transformações ocorreram como a abertura dos portos, criação de indústrias que fortaleceram o comércio, além da implantação da imprensa, que rapidamente se tornou um veículo de difusão cultural.

Barbosa (1994) no final do século passado, Marconi (inventor do rádio) agita o monopólio de Gutenberg (inventor da imprensa) rompendo aquela estabilidade da cultura impressa como único processo de apropriação do conhecimento. Ao mesmo tempo, a escrita invade e transforma o mundo em uma sala de leitura, rompendo a exclusividade da escola no ensino dessa aprendizagem.

O livro, antes um objeto de arte, atendendo à crescente demanda da sociedade de consumo, se transforma em mercadoria e perde a primazia como suporte de escrita: jornais, periódicos, cartazes publicitários, rótulos, embalagens, letreiros luminosos, entre outros incitam o leitor ao exercício cotidiano da leitura. A leitura ao longo dos séculos vai perdendo seu caráter público e sonoro e se transforma numa forma dinâmica, silenciosa, íntima do leitor se divertir, se informar, se orientar, imaginar, criar, participar. Diante da explosão da informação, o leitor abandona velhos hábitos remanescentes de outra era e desenvolve estratégias diversificadas de leitura, tornando-se múltiplo e seletivo, recorrendo à escrita todas as vezes que busca dar sentido ao mundo e a si mesmo.

Durante muito tempo o livro foi o único suporte material do impresso e seu preço era elevado, como havia poucos livros, era comum o leitor ler uma obra do início ao fim, era realizada uma leitura integral. Mas quem era esse leitor na Antiguidade?

Esse leitor era, antes de tudo, um ouvinte. As dificuldades de publicação e divulgação das obras escritas instituíram uma prática habitual de leitura: as recitações públicas. Nessas leituras públicas, realizadas pelo autor ou por um profissional da leitura, o público tomava contato com as obras produzidas. A leitura em voz alta era a forma pela qual leitores e não leitores se encontravam, para reconstituir o sentido do texto. (Barbosa, 1994) Ao investigarmos mais intimamente a história do livro nos deparamos com outra história tão interessante quanto ao que já levantamos até aqui, trata-se de uma parte histórica e importante que constituiu o livro e fundamental: a escrita, mas, além da escrita ainda há outro fator cuja evolução também ocorreu sobre turbulência porquanto, a leitura silenciosa era algo raro e causava espanto.

Na Antiguidade e na Idade Média, concebia-se a leitura e a escrita como um ato realizado em voz alta, através da subvocalização, ou até mesmo da vocalização escrita. Era inconcebível ler sem apelar para o som da escrita.

(Barbosa, 1994)

Segundo Barbosa (1994) um ouvido mais atento poderia ouvir um murmúrio constante nos lábios de cada escriba, pois era assim que normalmente se copiava um texto a ser reproduzido: o manuscrito

continha uma escrita que se dirigia aos ouvidos e não aos olhos. A oralização da

escrita era a forma habitual de o leitor encontrar, através do sinal gráfico, o significado da escrita. Isso valia tanto para a escrita como para a leitura.

Uma nova concepção de leitura despontava: a leitura silenciosa, onde o sentido do texto é produzido sem intermédio do som. Tal concepção era, entretanto, quase impossível para a época.

Os primeiros sinais de leitura silenciosa, sem recurso artificial do som das palavras, aparecem nas Ilhas Britânicas, onde os monges, receosos de reprimenda, em vez de falar, escrevem uns aos outros bilhetes para serem lidos privativa e sorrateiramente. Separar o movimento da laringe foi uma longa e sofrida aprendizagem. Alguns fatores podem ter concorrido para esta evolução.

Primeiramente, a compreensão dos autores clássicos da Antiguidade exigia do leitor do século IX procedimentos mais complexos de leitura do que a mera reprodução sonora da palavra manuscrita. Em segundo lugar, a introdução de inovações técnicas na reprodução dos manuscritos antigos resultou numa maior legibilidade do texto: a adoção da prática de separar as palavras por espaços em branco e a introdução dos sinais de pontuação, a normatização da ortografia latina, levada a cabo pelos gramáticos de Carlos Magno, certamente esses aspectos técnicos resultaram em um texto reconhecível visualmente e, portanto, mais legível, poderiam ter provocado desse modo, estratégias e leitura mais elaborados e eficazes.

Verificamos nesse breve histórico a construção do hábito da leitura entre os adultos, mas, e as crianças, qual tipo de literatura lhes era dirigida?

A literatura infantil foi criada com a intenção de distrair e moldar a criança dentro de conceitos estabelecidos à época em que acontecia uma reorganização de valores quanto à educação e infância. A função principal da literatura infantil é provocar reações como a fantasia, prazer, emoção, curiosidade e auxiliar na formação de conceitos no sujeito quer na leitura em família ou em trabalhos dirigidos em sala de aula, que tem como recurso para provocar esse movimento vários gêneros textuais, entre os quais, a própria literatura infantil.

O gênero literatura infantil, tem a meu ver, a existência duvidosa. Haverá música infantil? A partir de que ponta uma obra literária deixa de se constituir alimento para o espírito da criança ou jovem e se dirige ao espírito do adulto? (CARLOS DRUMMOND de ANDRADE)

A literatura infantil é, antes de tudo, literatura, ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o Mundo, o Homem, a Vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática; o imaginário e o real; os ideais e sua possível/impossível realização. (CAGNETI, 1996.p.7)

A partir do século XVIII a criança deixa de fazer parte da vida social dos adultos.

Trata-se de um sentimento inteiramente novo: os pais se interessavam pelos estudos dos seus filhos e os acompanhavam com solicitude habitual nos séculos XIX e XX, mas outrora desco-

nhecida. A família começou a se organizar em torno da criança e a lhe dar tal importância que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela. (ARIÈS,1981, p.12)

Percebe-se que elas têm necessidades e características próprias, a escola então assume o compromisso de educá-las para a vida adulta.

As obras deste período assumiram um caráter de distração e mercadológico, pois visava moldar as crianças segundo os seus interesses financeiros, na história da educação e na invenção da infância, encontramos embasamento do quanto a criança era um ser que servia apenas como objeto de distração para os adultos.

O escritor Charles Perrault, foi o responsável pela primeira busca intensiva de livros de literatura com seu: "Contos de Fada", mas, foram os irmãos Grimm, que trouxeram o romantismo às histórias escritas para adultos, e reescritos numa linguagem mais amena para as crianças pelos irmãos pesquisadores, no entanto coube a Hans Christian Andersen, ser considerado o precursor da literatura infantil mundial.

Em sua homenagem, comemora-se a 2 de abril, dia de seu nascimento, o Dia Internacional do Livro Infanto-juvenil.

A literatura infantil chega ao Brasil ao final do séculoXIX, até então prevalecia a literatura oral (como na era medieval), os folclores das culturas indígenas, africanas e europeias eram repassadas através da contação de histórias.

Em 1917, a literatura nacional teve início, mas foi em 1921, com nosso querido José Bento Monteiro Lobato e a estreia de "Narizinho arrebitado" que se popularizou a literatura infantil. A literatura infantil deve ser utilizada pelo educador para construir condições para a criança desenvolver seu conhecimento e assim desejar participar da cultura escrita.

A literatura infantil é a expressão da criatividade onde o meio transforma-se em valores morais e sociais a fim de colaborar na formação de um indivíduo pleno de seus direitos, capaz de desenvolver critérios para si e para a sociedade em que vive. Para alcançarmos a liberdade de expressão cultural que temos hoje, muitos intelectuais tiveram que enfrentar gigantes opressores escondidos atrás de um regime repressor (Ditadura Militar), havia controle nas publicações (todas eram submetidas ao controle da censura federal), bem como toda e qualquer forma de comunicação de massa. A Literatura sempre foi muito importante, todo movimento importante da história tem seu registro através da literatura, pois ela é uma ficção que questiona e reflete a realidade.

A Literatura instiga o pensamento e na época da ditadura era articulada para formar reprodutores, sujeitos alienados que não fossem capazes de pensar por si só. Nas escolas eram admitidas leituras literárias de textos de autores comprometidos com o regime, textos carregados da ideologia dominante ou textos sem nenhum conteúdo crítico.

A literatura age como instrumento libertador que instiga o pensamento crítico/ reflexivo.

A preocupação da literatura infantil está na ação pedagógica, contudo, a sua importância é o benefício que propicia à criança como: bem-estar, alegria, emoção, reflexão e senso crítico, conteúdos que são valorizados no construtivismo e explorados ricamente no ambiente alfabetizador.

Sabendo-se que o ambiente alfabetizador é um espaço de interação do sujeito com o meio, é na disposição facilitada de vários gêneros textuais que a criança desenvolve afetividade (identificando-se com personagens), motricidade (representando as histórias), cognitivo (ler, refletir, questionar).

Através do trabalho de estímulo visual com suas cores, imagens, os educadores trabalham conteúdos próximos à realidade da criança, como exemplo temos:

Chapeuzinho Vermelho, fala de medo; A pequena sereia, fala de amor; Peter Pan, fala de dificuldade de ser criança; João e Maria, fala de privação, carência; O patinho feio, fala de autodescobertas; O gato de botas; fala de perdas e buscas.

Assim sendo a literatura aliada a uma metodologia ativa colabora para que a formação do sujeito seja plena, uma vez que o próprio sujeito é responsável pela construção do seu aprendizado, a metodologia traz o cotidiano desse sujeito para dentro do ambiente alfabetizador que por sua vez, traz a literatura infantil para ser trabalhada dentro do conhecimento que cada um traz dentro de si.

A literatura é fonte inesgotável de assuntos para melhor compreender a si e ao mundo. CAGNETI (1995, p.23).

É indubitável o benefício que a literatura infantil promove ao desenvolvimento cognitivo da criança, desenvolvendo a reflexão, vocabulário, criticidade, por meio da história contextualizada a criança infere no mundo da fantasia, elaborando seus conflitos e emoções, amadurecendo, desenvolve-se como sujeito que constrói sua leitura de mundo.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. (PAULO FREIRE).

E é essa leitura que o aluno traz consigo, como patrimônio de sua singularidade, como ser cultural, com impressões e reações, que tem que ser intermediada a todo o momento para gerar novos saberes, novas informações.

Para que o espaço da sala de aula seja lugar de prazer e de condições necessárias às diferentes aprendizagens, inclusive a da leitura, é preciso oferecer mínimas condições de ambientação, de cuidado com a sala, de sua preparação e adequação às práticas pedagógicas. A escola como espaço formador, possui referencial de posturas e aprendizagens. Daí pensar um lugar reservado para ser o canto de leitura revela-se instrumento importante à formação de leitores, podendo ter pequeno e selecionado acervo (PNLL, PNBE, outras doações) a ser cuidado e utilizado por todos, em momentos programados, e também aproveitado pelos que

terminam antes as atividades do dia.

A literatura infantil abrange crianças cuja faixa etária é de 2 a 10 anos, dessa forma a apresentação dos livros possuem poucas palavras e muitas cores, é necessário que o conteúdo seja de fácil entendimento e de acordo com a idade de cada criança.

É absolutamente indispensável que a literatura infantil escolhida, seja interessante e que estimule a encontrar o começo da percepção autônoma.

A literatura infantil possui características comuns em sua grande maioria, vejamos:

Ausência de temas adultos; possuem poucas páginas (80 a 100 p);

estímulos visuais e alguns sonoros; apresentam histórias simples e objetivas; ensinam regras da sociedade; possuem sempre um final feliz.

Tomando a obra de Monteiro Lobato como um marco da literatura infantil nacional, a influência da literatura infantil se dá a partir do momento em que elas tomam contato com as histórias, e não somente quando se tornam leitores. Desde muito cedo, então, a literatura torna-se ponte entre histórias e imaginação, já que:

é ouvindo histórias que se pode sentir... e enxergar com os olhos do imaginário... abrir as portas à compreensão do mundo. (ABRAMOVICH, 1995, p.17).

Assim como ocorre numa biblioteca, o acesso aos livros deverá ser livre, sem armários fechados, controlados, supervisionados. Deverão ocorrer empréstimos domiciliares. Os livros emprestados deverão ser registrados e, para atender à faixa etária das crianças, ficará a cargo delas o controle das retiradas e devoluções, combinado em conjunto com a professora e os pais em seus procedimentos e responsabilidades.

A leitura compartilhada com a família favorece momentos de aconchego, de vínculos reforçados nas trocas de significados, além de permitir o compartilhamento de experiências culturais comuns, o envolvimento do grupo familiar com os repertórios da escola, como exemplo, o empréstimo domiciliar de livros, escola e família atuam juntos para o desenvolvimento das crianças na descoberta de valores que permearão todo seu caminho.

Smole (2000) apresenta a literatura infantil como recurso na aprendizagem da matemática.

A leitura de peças de literatura infantil nos parece adequada a essa finalidade, uma vez que elas “convidam” o leitor a participar, a emitir opiniões e, ao mesmo tempo, encorajam-no a usar uma variedade de habilidades de pensamento – classificação, ordenação, levantamento de hipóteses, interpretação e formulação de problemas. Acreditamos que a literatura infantil, usada de modo desafiante, pode convidar a múltiplas interpretações e auxiliar a restaurar o som de diferentes vozes no discurso matemático de sala de aula. (p.70).

Smole (2000) afirma que a imaginação e a fantasia constituem a base de toda atividade criadora e se manifestam por igual em todos os aspectos da vida cultural, possibilitando a criação artística,

científica e técnica. Para esse teórico, é falso contrapor fantasia e ilusão à realidade, uma vez que todos os objetos da vida diária, sem excluir os mais simples e habituais, vêm a ser algo assim como a fantasia cristalizada e que o exagero, a fantasia, a imaginação em geral são tão necessários na arte como na ciência; sem eles poucos avanços teriam sido feitos na história da evolução científica e tecnológica. Sob essa ótica, propomos que a conexão matemática/literatura infantil seja usada para iniciar o restabelecimento do lugar de direito da fantasia, fonte de interpretação da realidade, que deve ter nas aulas de matemática.

Ser leitor não se resume apenas a decodificar a língua escrita, ler é uma construção na interação entre o leitor e o texto, um processo no qual o pensamento e a linguagem estão envolvidos em trocas contínuas.

Ao pensar uma política de formação de leitores, o Ministério da Educação (MEC) o faz dentro da complexidade de uma república federativa, como o Brasil, em que estados, municípios e Distrito Federal mantêm união indissolúvel, constituindo Estado Democrático de Direito, com autonomia e soberania nos termos constitucionais (1988, Art.18) para definir os próprios caminhos políticos em todas as áreas, incluída a educação, desde que respeitada a competência privativa da União de legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (1988, Art. 22, inciso XXIV), cabendo a todos, em conjunto, "proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência" (1988, Art. 23, inciso V).

Assim sendo, e considerando sua função de indutor de políticas públicas e suas competências constitucionais, o Ministério da Educação, a quem cabe apoiar, técnica e financeiramente, estados, municípios e Distrito Federal na área da educação, apresenta aos dirigentes e gestores das secretarias de educação uma proposta de ação pública e conjunta de formação de leitores e de incentivo à leitura, que tem por princípio proporcionar melhores condições de inserção dos alunos das escolas públicas na cultura letrada, no momento de sua escolarização.

Ao longo de várias décadas, a atuação do Ministério da Educação no campo do livro de circulação escolar dirigiu-se, preferencialmente, ao segmento de livros didáticos. As primeiras ações voltadas para a biblioteca escolar e para o incentivo à leitura e à formação de novos leitores, como o Programa Salas de Leitura, tiveram início nos anos 80 e se caracterizaram pelo atendimento assistemático e restrito a escolas com determinadas faixas de matrícula, definidas previamente a cada ano de atendimento.

Em 1997 foi instituído o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, por meio da Portaria Ministerial nº 584, que substituiu programas anteriores de incentivo à leitura e de distribuição de acervos às bibliotecas escolares implementados pelo MEC desde 1983. De 1983 a 1999 os programas e projetos nessa área atenderam às bibliotecas das escolas por faixa de matrícula. Em 2000, o PNBE privilegiou a distribuição de obras voltadas para a formação do professor nas escolas de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental.

No período de 2001 a 2003 foi definido um novo modelo de atendimento, denominado Programa Nacional Biblioteca da Escola – Literatura em Minha Casa e Palavra da Gente, focado na distribuição de coleções de literatura diretamente aos alunos de algumas séries, para uso pessoal. Pretendia-se com esse modelo possibilitar o acesso desses alunos e seus familiares a obras de qualidade, representativas da literatura. Assim, em 2001 o PNBE atendeu alunos de 4ª e 5ª séries; em 2002 foram contemplados alunos de 4ª série e em 2003, o PNBE atendeu aos alunos de 4ª e 8ª séries e do último segmento de Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Ao optar por uma ação dessa natureza, deixou-se como consequência, de investir no acervo coletivo, debilitando a biblioteca como espaço de organização e disponibilização de materiais diversificados – de referência a periódicos; livros de literatura a obras de não ficção; de mapas a novas tecnologias – lugar em que se promove a sociabilidade, mas principalmente a democratização do conhecimento.

Tendo em vista que nem sempre leitura e biblioteca escolar são valores definidos como prioritários, o papel das bibliotecas deverá ser revisto pelos sistemas de ensino e pelas escolas, transformando-as em um espaço de convivência, de debate, de reflexão e de fomento à leitura.

Nessa perspectiva, o Ministério da Educação continuará distribuindo acervos às bibliotecas das escolas por meio do PNBE, uma das ações da Política de Formação de Leitores, com vista ao estabelecimento de um sistema de bibliotecas escolares que apoie, de forma articulada com as demais ações do MEC e dos entes federados, a formação de leitores e produtores de textos autônomos e devidamente qualificados. (Política para a formação de leitores. Uma proposta pedagógica, 2005).

Algumas Leis que asseguram o direito da criança ao bem estar físico, social bem como o acesso à cultura.

O artigo 205 em seu capítulo III da Constituição Brasileira A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Artigo 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de coloca-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente:

Artigo 1 – Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Artigo 2 – Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos; e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo Único – Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Artigo 3 – A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando -se- lhes, por lei ou por outros, meios, todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Artigo 4 – É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, de 0 a 3 anos, é importante a figura do adulto no mundo da literatura infantil. A partir da interação adulto/criança exercita-se o uso da linguagem oral para conversar, relatar suas vivências, vontades, necessidades e o mais importante o desejo expresso ao manusear os materiais impressos tomando contato com os diferentes gêneros que fazem parte do cotidiano.

A riqueza com que a literatura infantil pode ser difundida é um incentivo ao professor que poderá trabalhar diferentes temas que pertencem à transversalidade, tais como: Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual.

Os temas transversais atuam como eixo unificador, em torno do qual se organizam as disciplinas, devendo ser trabalhados de modo coordenado e não como um assunto descontextualizado nas aulas. O que importa é que os alunos possam construir significados e conferir sentido àquilo que aprendem. Quando enfocamos o tema transversal Trabalho e Consumo, poderemos enfatizar a informação das relações de trabalho em várias épocas e a sua dimensão histórica, assim como comparar diversas modalidades de trabalho.

O papel da escola ao trabalhar temas transversais é facilitar, estimular e integrar as ações de modo contextualizado, através da interdisciplinaridade e transversalidade, buscando não fragmentar em blocos rígidos os conhecimentos, para que a Educação realmente constitua o meio de transformação social. (PCN, 1998)

A Lei 10.753 de 31 de outubro de 2003 em seu artigo 1º institui diretrizes à Política Nacional do Livro:

I – Assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro; IV – Promover e incentivar o hábito da leitura;

VII – Propiciar os meios para fazer do Brasil um grande centro editorial;

IX – Capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda;

XII – Assegurar às pes-

soas com deficiência visual o acesso à leitura.

Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)

Instituído em 2006 por iniciativa do Ministério da Educação e Cultura e do Ministério da Educação do Brasil, é um conjunto de projetos, programas, atividades e eventos na área do livro e da leitura, literatura e bibliotecas em desenvolvimento no país, empreendidos pelo Estado e pela sociedade.

O PNLL trouxe novas orientações que serviram de base para o aprimoramento do projeto de difusão da leitura e dos leitores.

A promoção da leitura é condição essencial para o desenvolvimento da capacidade de perceber ideias novas para usá-las quando necessário. Os resultados da avaliação de muitos projetos realizados em diversos países demonstram que os profissionais de saúde – médicos e enfermeiros – têm um papel muito relevante neste domínio se aconselharem pais e outros familiares a ler livros em voz alta e a promover o contato diário das crianças com livros adequados à sua idade.

As crianças desenvolvem-se melhor e têm melhores resultados na escola quando entram em contato com livros diariamente.

Há quem pense que as crianças só começam a ler quando vão para a escola, na verdade, a capacidade de ler desenvolve-se desde o primeiro ano de vida e deve ser incentivada regularmente com a ajuda da família.

Os pais, avós, tios ou padrinhos desempenham um papel importante se lerem em voz alta e ajudarem as crianças a gostar de livros.

O adulto que compartilha uma leitura com a criança está resguardando o direito dela à educação, à cultura e também ao lazer. Por meio dos livros, a criança aprende a nomear o mundo à sua volta, a se conhecer, se expressar e se comunicar com os outros.

A Lei Rouanet, nº 8313 de 23 de dezembro de 1991, institui políticas públicas para a cultura nacional como o Programa Nacional de Apoio à Cultura, o grande destaque dessa Lei é a política de incentivos fiscais que possibilita às empresas e cidadãos aplicarem uma parte do Imposto de Renda devido em ações culturais, ou seja, esta Lei pode contemplar pessoas físicas, empresas e instituições com ou sem fins econômicos, de natureza cultural, e entidades públicas da Administração indireta, tais como Fundações, Autarquias e Institutos, desde que dotados de personalidade jurídica própria e, também, de natureza cultural. Os projetos que podem ser beneficiados pela Lei Rouanet compreendem os seguintes segmentos:

– teatro, dança, circo, ópera, mímica e congêneres; produção cinematográfica, videográfica, fotográfica, discográfica e congêneres; literatura, inclusive obras de referência; IV - música; artes plásticas, artes gráficas, gravuras, cartazes, filatelia e outras congêneres; folclore e artesanato; patrimônio cultural, inclusive histórico, arquitetônico, arqueológico, bibliotecas, museus, arquivos e demais acervos; humanidades; e rádio e televisão, educativas e culturais, de caráter não comercial.

Um dos principais objetivos desta Lei é democratizar o acesso da população aos bens culturais, destinando o máximo de recursos possíveis para atividades orientadas à cultura.

A leitura é como arte e fenômeno de linguagem. Pois a literatura é uma das mais importantes ferramentas no processo de formação do sujeito. O ato de ler é uma conquista do processo da evolução humana, pois é nela que se concentra toda a memória de um povo, tais como, cultura, tradições, ideias e todas outras elaborações humanas e suas conservações. Posto que a palavra é o único caminho para a evolução de um povo, é imprescindível que isso seja difundido por todos para que a literatura infantil cumpra seu papel na formação e transformação do sujeito e sociedade.

A escola, por exemplo, é um espaço importante e privilegiado para a disseminação da ideia de que não se tem alternativa melhor para se realizar uma leitura de mundo, se não for pela leitura (principalmente nas fases iniciais da educação). E assim, adequar o ser humano para uma melhor compreensão do papel de agente transformador que cada sujeito deverá desenvolver para uma melhor consciência de si e do mundo.

Aprender uma língua não é somente aprender palavras, mas também os seus significados culturais, e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio sociocultural entendem, interpretam e representam a realidade. (RCNEI,1998,v.3, p.119).

A literatura infantil para portadores de deficiência visual (Lei 10.172 de 09/01/2001)

De acordo com o MEC existem quatro princípios básicos que norteiam a educação especial brasileira: normatização, integração, individualização e inclusão.

Em 1985, o governo federal instituiu o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático). Por meio dele ficou estabelecido que todo aluno matriculado na educação básica da rede pública do país tem direito a receber material didático gratuitamente referente à sua série e ano letivo cursado. Somente 16 anos depois, com a criação do PNLD em Braille, os alunos com deficiência visual passaram a ter o mesmo direito e a receber livros didáticos transcritos para o Braille.

O MEC também distribui livros de literatura infantil para os alunos com deficiência visual. Isso ocorre por meio do PNBE. “Em 2003 aconteceu a primeira ação deste Programa com a transcrição de 70 títulos de livros paradidáticos. Com esse material foram atendidas 100 instituições, entre escolas e bibliotecas escolares”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a possibilidade de integração social, hoje, requer do sujeito muito mais que o mero conhecimento das primeiras letras, procuramos reunir algumas informações sobre a formação de novos leitores, demonstrar como é viável contemplar essa formação através da literatura infantil de maneira articulada, no trabalho pedagógico com as séries iniciais do ensino fundamental.

Entender a necessidade de apro-